

ARTIGOS

SUBJETIVAÇÃO E ADOECIMENTO NO TRABALHO
POLICIAL MILITAR À LUZ DA PSICODINÂMICASUBJECTIVATION AND ILLNESS IN
MILITARY POLICE WORK IN THE LIGHT OF
PSYCHODYNAMICS

RESUMO

O trabalho policial militar é marcado por um contínuo processo de exposição a violências reais e simbólicas. Nesse sentido, este estudo tem como objetivo identificar como os policiais militares do Distrito Federal percebem os efeitos deletérios da organização do trabalho na saúde física e mental. De natureza qualitativa, o estudo utilizou-se de pesquisa documental e entre-vistas, tratadas por meio da análise de conteúdo. Os resultados auferidos demonstram que a organização do trabalho policial militar possui significativo papel no favorecimento de doenças físicas e psicológicas. Os agravos sociais incluem a frustração pela falta de reconhecimento e a autculpabilização pela impossibilidade de cumprimento das demandas institucionais, sociais e familiares, especialmente entre as mulheres policiais. O estudo contribui para compreender que as dinâmicas que se desenvolvem no trabalho policial militar devem ser alvo de medidas organizacionais que permitam traçar estratégias gerenciais de prevenção ao adoecimento, além de formas institucionais de canalização e tratamento dos ônus ligados à profissão.

Leonardo Borges Ferreira
tutant09@yahoo.com.br

* Mestre em Administração
PPGA/Universidade de
Brasília e Doutorando em
Psicologia Social, do Trabalho
e das Organizações do PSTO/
Universidade de Brasília.
Brasília – DF – BR.

Cledinaldo Aparecido Dias
cledinaldo.dias@unimontes.br
Doutor em Administração
pela Universidade de
Brasília. Professor adjunto
da Universidade Federal de
Minas Gerais (UFMG) e da
Universidade Estadual de
Montes Claros. Montes Claros –
MG – BR.

Palavras-chave: organização do trabalho; polícia militar; agravos físicos e sociais.

ABSTRACT

The military police work consists of a continuous process of exposure to actual and symbolic violence. In this sense, this study aims to identify how military police officers in the Federal District perceive the harmful effects of work organization on physical and mental health. This study is qualitative, and it used documentary research and interviews, treated by content analysis. The results obtained demonstrate that the organization of military police work has a significant role in favoring

physical and psychological illnesses. Social grievances include frustration due to the lack of recognition and self-blame for the impossibility of fulfilling institutional, social, and family demands, especially among female police officers. The study contributes to understanding that the dynamics that develop in military police work should be targets of organizational measures that allow for the design of management strategies to prevent illness, in addition to institutional forms of channeling and handling the burdens linked to the profession.

Keywords: organization of work; military police; physical and social injuries.

1 INTRODUÇÃO

Estudos relacionados à organização do trabalho e suas implicações nas condições biopsicossociais dos trabalhadores revelam uma diversidade de aspectos que incorporam e compõem o campo dos estudos organizacionais. Pesquisadores como Dejours e Duarte (2018), Dias *et al.* (2019), Gaulejac (2007, 2017), Mendes (2007) discutem, ao longo dos anos, como as organizações utilizam formas de dominação e controle cada vez mais sutis, que atuam oculta-mente para produzir e moldar subjetividades, arrastando os sujeitos a servirem cegamente à organização. Vistos como engrenagens de sistemas gerencialistas e confrontados por uma cultura de alto desempenho, os trabalhadores são obrigados a se entregar física e psicologicamente às ilimitadas exigências de performance e produtividade. Nessa relação, a condição humana é “coisificada” perante o trabalho, e os indivíduos são tratados como descartáveis. Não atender às demandas organizacionais torna-se sinônimo de fracasso, sendo os trabalhadores os únicos responsáveis por distúrbios de saúde gerados pelas ferramentas, os modelos e as práticas gerenciais da hipermodernidade (GAULEJAC, 2017).

Nas instituições militares, os pressupostos da eficiência produtiva e os princípios da

moderna administração vão sendo aplicados ao trabalho do policial (BATITUCCI, 2011), seja nas avaliações de desempenho, nos indicadores de criminalidade, no número de armas apreendidas, no volume de veículos recuperados, na quantidade de drogas apreendidas, seja entre outros mecanismos de avaliação e controle que permitam a mensuração da eficiência e produtividade dos policiais.

As condições de trabalho são marcadas pela “precarização e a falta de materiais necessários para exercer, de forma adequada, as funções tanto administrativas, quanto operacionais” (ANTUNES, 2019, p. 34). A exemplo, verifica-se a irregularidade dos horários de trabalho, em condições climáticas nem sempre favoráveis e em posições geralmente desconfortáveis (BORGES, 2013); a inadequação dos uniformes e dos materiais de trabalho, especialmente para as policiais mulheres; a falta de recursos humanos, sobrecarregando as atividades (BEZERRA; MINAYO; CONSTANTINO, 2013; CONCEIÇÃO; SOUZA, 2013; DIAS, 2020; WINTER; ALF, 2019).

Bhatia e Pandit (2017) mencionam que o trabalho policial é marcado por jornadas extensivas, hábitos alimentares irregulares, sono inadequado, submissão a escalas indefinidas e vida familiar conturbada. Há expectativas de que esses profissionais cumpram suas obrigações, submetidos aos requisitos legais que lhes cabem, sem perder a compostura e a sensibilidade, mantendo completo controle emocional. Para além dessa expectativa, o contexto do trabalho policial militar é fundamentado no rigor da burocracia e na idealização gerencialista em que é possível, apenas em tese, suprimir plenamente, sem consequências negativas, a essência de humanidade dos indivíduos. Não por acaso, Dias (2020) e Lima, Blank e Menegon (2015) encontraram evidências de associação positiva entre a prevalência de transtornos mentais e comportamentais em policiais militares e exigências funcionais.

Os achados de Coelho (2014) evidenciaram que muitos policiais militares se encontravam em zona de mal-estar moderado, com risco

de adoecimento, sobretudo em função da percepção de falta de reconhecimento e limitações no crescimento profissional. Borges (2016) apontou, também, que a gestão policial militar se utiliza de imaginários e ideais nos quais as tarefas devem ser cumpridas a qualquer custo, mesmo com o sacrifício da própria vida.

Castro e Cruz (2015), Cummins e King (2015) e Chopko, Palmieri e Facemire (2014) descrevem que o trabalho policial lida diretamente com o sofrimento humano e com um elevado grau de tensão, estresse, esforço físico e equilíbrio mental, levando os trabalhadores ao abuso de substâncias tóxicas, problemas familiares, depressão, suicídio e outros problemas de saúde resultantes das condições aversivas do trabalho.

Observadas essas relações e à luz das lentes teórico-conceituais da Psicodinâmica do Trabalho (PDT), este artigo se propõe a responder: qual é a percepção de policiais do Distrito Federal sobre os efeitos da organização do trabalho militar na sua saúde física e mental dos seus agentes? Assim, espera-se desvelar a intersubjetividade que dá sentido ao trabalho policial militar, relacionando-a às práticas organizacionais e aos esforços adaptativos dos sujeitos, como formas de enfrentamento às exigências e pressões no trabalho. Para responder a essa questão, definiu-se como objetivo identificar como os policiais militares do Distrito Federal percebem os efeitos deletérios da organização do trabalho na saúde física e mental dos seus agentes.

2 PSICODINÂMICA DO TRABALHO, A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO POLICIAL E AS RELAÇÕES COM AGRAVOS FÍSICOS, PSÍQUICOS E SOCIAIS

Os estudos de Dejours (1992) sobre a PDT espreitam um novo olhar para a compreensão das relações entre trabalho e saúde do trabalhador, contemplando elementos da subjetividade, do reconhecimento, do sofrimento e das estratégias defensivas para lidar com o

trabalho. Nessa perspectiva, a saúde não implica ausência de sofrimento e de dor, mas em ter condições e instrumentos para interferir no que os causa. Além de evidenciar a relação entre o trabalho e os processos de subjetivação, a PDT está centrada na etiologia do sofrimento e das patologias, bem como do prazer e da saúde em relação ao trabalho, voltando-se para as inter-relações entre a organização do trabalho, os processos e os efeitos que se manifestam nos indivíduos, por meio da atribuição de sentidos ao trabalho, seja de maneira individual, seja coletiva (DEJOURS, 2017; GEMELLI; OLTRAMARI, 2020; MACÊDO; HELOANI, 2018).

Estudos recentes validam a contemporaneidade e relevância da PDT como recurso teórico para as reflexões sobre os agravos do trabalho na subjetividade e no comprometimento da saúde dos trabalhadores (BRUNORO *et al.*, 2020; DASHTIPOUR; VIDAILLET, 2020; GEMELLI; OLTRAMARI, 2020). Ao descrever a arqueologia da PDT, Macêdo e He-loani (2018, p. 45) observam o caráter multidisciplinar que a constitui, abarcando “diálogos com a ergonomia, psicanálise, sociologia do trabalho, psicopatologia, psicologia, medicina do trabalho, entre outras.” Longitudinalmente, os campos de análise se ampliam. Antes concentrados, principalmente, na área da saúde, as pesquisas contemporâneas avançam para os mais variados espaços, como o trabalho voluntariado (GEMELLI; OLTRAMARI, 2020); o trabalho sustentável (BRUNORO *et al.*, 2020), as relações entre afeto (DASHTIPOUR; VIDAILLET, 2020), o mal-estar, o sofrimento e o adoecimento docente (PENA; REMOALDO, 2019; PENTEADO; SOUZA NETO, 2019) entre outros.

De acordo como Mendes (2007) quatro grandes temas delinham os estudos da PDT sejam: 1) contexto do trabalho: relacionado às normas, ao ritmo, processo e aos controles; ao ambiente físico, aos equipamentos, materiais utilizados no trabalho, ao apoio institucional e às práticas de RH; a relações de poder, fluxo de comunicação e interações profissionais com chefias e clientes/usuários dos serviços; 2) sen-

timentos no trabalho: associado às vivências de prazer e sofrimento, abordando a descrição dos sentimentos e das situações contextuais, bem como as frequências de ocorrência e suas relações com o trabalho; 3) formas de enfrentamento do sofrimento: relacionado à exploração da inteligência prática, ao sofrimento criativo, às defesas e à mobilização da subjetividade no engajamento do trabalho; 4) patologias sociais decorrentes da organização do trabalho: referente aos riscos de adoecimento, transtornos mentais, ao consumo de drogas/álcool e outras patologias relacionadas com o trabalho.

Sob as lentes da PDT, a análise da organização do trabalho deve considerar tanto o trabalho prescrito quanto o real, ou seja, aquele que é previamente estabelecido e aquele que é, de fato, realizado (DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET, 2015). O trabalho real vai além do prescrito, visto que nenhuma prescrição é suficiente para descrever o que a prática tende a demandar do trabalhador. A organização planejada do trabalho, vista nas prescrições, diretrizes ou instruções, “nunca é a mesma que a realidade real da atividade de trabalho concreta” (DASHTIPOUR; VIDAILLET, 2020). Em consonância, Marçal *et al.* (2020, p. 209) afirmam que “na prática o trabalho demanda habilidades para lidar com situações imprevisíveis que vão desde problemas técnicos até situações mais subjetivas, como relacionamento interpessoal e pressão”. As incongruências entre o prescrito e o real do trabalho denotam pressões que comprometem o equilíbrio psíquico e social dos trabalhadores, favorecendo o sofrimento e, conseqüentemente, o adoecimento.

Mendes (2007) discorre que a forma como o trabalho se mostra organizado resulta também das intersubjetividades e dos vínculos entre trabalhadores e organização. Essas vinculações atribuem sentido na relação do trabalhador com a realidade do trabalho, por seu modo de pensar, sentir e interagir, evidenciando que essa dinâmica tem forte associação com as formas de organização do trabalho, podendo acarretar patologias psíquicas, fisiológicas e sociais. Como mencionado por Dejours

e Bègue (2009), há formas de organização do trabalho que são responsáveis por fragilizar os indivíduos e desencadear descompensações psíquicas, o que leva Le Guillant e Clot (2018), por exemplo, a colocar a relação psicologia e o trabalho como um desafio sem precedentes para os dias atuais.

A sublimação é uma das formas pela qual o sujeito busca perceber, em outras pessoas, o reconhecimento social do seu trabalho, situação na qual ele desloca de si para outros a significação e a importância do seu trabalho, atribuindo-lhe caráter de validação (FERREIRA; MACÊDO; MARTINS, 2015). A PDT considera a centralidade do trabalho e sua organização como formas que intermedeiam a subjetividade e a realidade dos indivíduos, não havendo neutralidade: ou o trabalho gera bem-estar ou adoecimento (DEJOURS, 1992, 2017).

Mendes (2007) apregoa que é indispensável entender o trabalho concreto, a centralidade e os sentidos atribuídos a ele, pois é da confrontação entre a organização do trabalho, o sofrimento, a resistência e o enfrentamento que surgirá o prazer, a sanidade e o equilíbrio.

Atentos à organização do trabalho, bem como o locus de atuação do policial militar, não é difícil perceber que se trata de uma categoria profissional que exhibe processos de subjetivação que, estudados por meio da PDT, revelam sentidos e implicações físicas e sociais que marcam a relação do policial com a sua realidade de trabalho (EDWARDS; KOTERA, 2021; MARÇAL *et al.*, 2020; SILVA; MARRA, 2019; WINTER; ALF, 2019)

As organizações policiais são instituições que exercem poder e controle sobre seus trabalhadores dentro e fora de suas estruturas. O policial é formado sob a égide da hierarquia, disciplina e intensa obediência às normas. A autonomia é suprimida para atender ao desenho de atuação institucional, ante o cenário de enfrentamento para a promoção da segurança pública. A busca da padronização das ações e a limitação da autonomia diante de situações de rupturas da normalidade são, exaustivamente, enfocadas nos treinamentos, que pautam pelo

condicionamento mecanicista do comportamento dos policiais (LIMA, 2002).

A organização do trabalho policial militar é marcada pela dissonância entre o trabalho prescrito e o real (DIAS, 2020; CUNHA; GHIZONI, 2018), visto que, por um lado, a instituição policial utiliza-se de sistemas controladores, hierárquicos, burocráticos e com distintivas prescrições de condutas. Por outro lado, a atuação dos policiais exige discernimento, criatividade, percepção situacional, autonomia e tomada de decisão rápida para resolução de diversas situações de ruptura da normalidade.

Os esforços despendidos para o cumprimento das atividades exigem o desenvolvimento de habilidades criativas, que permitam pensar e agir com rapidez, sem negar as prescrições e o rigor de preservar a ordem social, anteveendo ameaças e riscos à sua própria integridade. Essa mobilização gera tensões e conflitos que comprometem as dimensões físicas, psíquicas e sociais dos envolvidos (DIAS, 2020; FERREIRA *et al.*, 2017), uma dissonância que leva os sujeitos a um contínuo estado de sofrimento (CUNHA; GHIZONI, 2018).

A organização e as condições do trabalho policial são apontadas por Sartori (2006) como fontes de sérios problemas. O autor descreve que esses profissionais pertencem a um grupo de risco altamente suscetível a problemas decorrentes do trabalho, em razão de condições que os levam à exaustão emocional, à despersonalização e à frustração.

Vila (2006), em estudo com policiais americanos, identifica que policiais costumam estar excessivamente fatigados por causa das longas e erráticas horas de trabalho por turno e com sono. Tal fato leva o autor a afirmar que esses fatores, provavelmente, contribuem para níveis elevados de morbidade e mortalidade, transtornos psicológicos e disfunção familiar, além de poder gerar custos sociais e econômicos inesperados.

Também Souza e Minayo (2013) apontam que as condições precárias de trabalho, o nível de exigências e o ambiente de violência que atuam são fatores que acarretam desgaste

físico e psíquico aos policiais militares, com a recorrência de casos de depressão, alcoolismo e suicídio (NIEBUSCH; MORAN, 2019; PORTO; SILVA, 2018; ROCHA; OLIVEIRA; FARRIA, 2021; SANTA CATARINA, 2010; VIOLANTI *et al.*, 2019).

Dias (2020) corrobora as discussões quanto aos agravos advindos da organização do trabalho militar. Em estudo realizado na Polícia Militar do Distrito Federal, o autor identifica que a sobrecarga de trabalho e o trabalho noturno apresentaram-se como principais fontes de agravos à saúde dos policiais, sendo problemas de coluna e insônia os principais relatos. Ferreira *et al.* (2017) também revelam que a exposição excessiva ao sol, à chuva, ao frio, calor, aos ruídos, à poluição do ar e a outras condições de trabalho sujeitam o militar a uma variedade de danos. Ademais, o policial militar vive em permanente estado de alerta, o que é agravado por tensões e conflitos pessoais, circunstâncias que impõem a necessidade de controle de agentes estressores nem sempre fáceis de ser administrados. No que tange às relações sociais, os autores advertem que familiares de policiais não ficam incólumes a tais relações e, em maior ou menor grau, também são atingidos, direta ou indiretamente, por impactos vividos por seus entes, sofrendo danos colaterais e sujeitos aos riscos da profissão.

Como afirmam Bezerra, Minayo e Constantino (2013), esses agravantes são potencializados ainda mais no contexto do trabalho da policial feminino. As autoras constataram que a organização do trabalho militar, em conjunto com a percepção de discriminação de gênero e assédio, são os fatores que mais impactam no mal-estar e no sofrimento psíquico das policiais femininas que desempenham funções de chefia.

No que tange aos aspectos sociais e psicoafetivos, Silva (2009) descreve que o trabalho da polícia, enquanto organização estatal, que detém o uso exclusivo da força, é dualístico. Ao mesmo tempo em que o policial se insere na sociedade como cidadão, faz-se necessário que ele se enxergue fora dela, no intuito de regular e velar pelas relações dos demais

indivíduos. Decorre dessa dualidade um fenômeno que atribui aos policiais um posicionamento paradoxal, ora membros comuns da sociedade, ora agentes de regulação da ordem social. Dessa relação, o policial acaba ocupando um “não lugar” ao representar o poder público de regulação social em caráter ininterrupto e, ao mesmo tempo, estar inserido nesse coletivo.

Grande parte das vivências de sofrimento dos policiais militares é decorrente dos mecanismos de controle da organização do trabalho, que mantêm pressões constantes e balizam as condutas pessoais por meio do “alto rigor prescritivo e alicerçado em um sistema de disciplina e vigilância também permanentes (SPODE; MERLO, 2006, p. 362). A investigação da organização do trabalho policial implica uma diversidade de aspectos que perfazem o processo de interação social, o significado das experiências vividas e o imaginário desses profissionais (DIAS, 2020).

3 METODOLOGIA

Coerentemente com a pergunta de pesquisa e o objetivo proposto, a PDT apresenta-se como adequado *background* teórico para delinear a percepção dos policiais militares do Distrito Federal quanto aos efeitos deletérios da organização do trabalho na saúde física e mental dos seus agentes.

Sob o amparo de pesquisa documental e a revisão bibliográfica, foi produzido um roteiro de entrevista, que considerou os quatro grandes temas da PDT e suas dimensões constitutivas, conforme apontado por Mendes (2007).

As entrevistas seguiram o modelo semiestruturado (FLICK, 2009), uma técnica de geração de dados que proporciona maior flexibilidade ao pesquisador. O roteiro de entrevista foi composto por onze questões abertas, conforme descrito no quadro 1, que elucida os aspectos a serem avaliados nas respostas dos informantes. O instrumento permitiu uma maior interação do pesquisador com o entrevistado, bem como maior abertura para se conhecer a realidade dos informantes (BAUREN, 2006).

Quadro 1– Perguntas da entrevista semiestruturada

Nr.	PERGUNTA	ASPECTOS AVALIADOS NAS RESPOSTAS
1	O que significa trabalho para você? Poderia me falar a respeito do trabalho do policial militar? (O que é ser policial militar?)	Dimensões subjetivas do trabalho policial. Descrições de procedimentos e técnicas do serviço policial. Relatos do trabalho prescrito e real. Percepção das tarefas, funções, normas, ritmo, processos e controles no trabalho.
2	Por que decidiu ingressar na Polícia? Você pensou em mudar de profissão em algum momento e por quê? (Se pensou por que não o fez?)	Indícios de já conhecer a natureza da organização ou da profissão policial. Frustração em relação à profissão. Motivo para sentir decepção com a profissão.
3	O que você sente (sentiu) em relação ao seu trabalho? Qual é a importância do seu trabalho?	Importância atribuída ao próprio trabalho. Percepção de reconhecimento do trabalho por terceiros.
4	Você poderia dizer quais os principais impactos na sua vida que você associa à sua profissão em questões de saúde física ou físicos e psíquicos?	Relato de doenças manifestadas. Associação de distúrbios/doenças com o trabalho. Sentimentos de apoio ou desamparo por parte da organização.

5	Você sente (sentiu) que seu trabalho pode ter afetado seu comportamento em relação às outras pessoas e ao estilo de vida?	Relações com familiares, amigos e colegas de trabalho. Seletividade quanto a locais e ciclo de amizades. Descrição de hábitos pessoais quanto à autopreservação e autorregulação de condutas. Patologias sociais.
6	Você já perdeu algum colega ou amigo de profissão de forma violenta por causa da profissão de policial? Como você se sentiu com isso?	Percepção de risco quanto à própria integridade e à vida. Estratégias de enfrentamento dos riscos. Indicação de sofrimento relacionado ao medo.
7	O que a Polícia exigia de você? Você julga que conseguiu cumprir inteiramente essas exigências?	Confrontação entre o trabalho prescrito e trabalho real. Descrição de pressões no trabalho.
8	Quais as maiores dificuldades que você atribui à profissão? (Pontos negativos)	Vivências de sofrimento no trabalho. Relato de episódios geradores de desconforto. Periculosidade, insalubridade, etc. Ressentimento com a organização. Relato de situações causadoras de angústias e desmotivação.
9	Quais eram os maiores prazeres e alegrias que você atribui à profissão de policial militar? (Pontos negativos)	Vivências de prazer no trabalho. Apontamento de situações de autorrealização.
10	Para você, o que é ser um policial militar ideal? (O que era preciso para ser um policial perfeito?)	Descrição de como deveria ser um policial adequado para o cumprimento das tarefas e exigências laborais.
11	Quais os principais problemas de saúde ou outros relacionados à profissão policial você ouvia ou conversava com seus colegas policiais militares?	Descrição de episódios depressivos, alcoolismo, ideação suicida, isolamento social. Questões relacionadas à organização do trabalho: hierarquia e poder, estruturas físicas, equipamentos. Vivências de prazer e sofrimento.

Fonte: elaborado pelos autores.

De posse do instrumento de pesquisa, foi protocolada a solicitação junto aos gestores da Diretoria de Inativos, Pensionistas e Civis, setor responsável pela gestão de policiais militares que concluem a carreira e ingressam na reserva remunerada ou inatividade¹. No documento, foram expostos os objetivos da pesquisa, bem como a solicitação de nomes e contatos de militares que tivessem se aposentado nos últimos 12 meses. Essa escolha se deu pelo pressuposto de que, ao terem completado a carreira e possuírem longa trajetória na profissão, esses sujeitos teriam experiência e conhecimento das exigências laborais e da organização do trabalho além de, presumivelmente, sentirem-se menos inibidos do que se estivessem ainda no serviço ativo.

Após contatos telefônicos prévios, 13 policiais se dispuseram a participar do estudo, conforme descrição do quadro 2. As entrevistas foram realizadas, individualmente, nas dependências da Universidade de Brasília ou em locais escolhidos pelos próprios entrevistados. Para descrição dos resultados, optou-se por nomear os entrevistados em E1, E2, até E13.

1 Após ingressarem na reserva remunerada, por até cinco anos, policiais militares podem ser reconvocados para retornarem ao serviço ativo.

Quadro 2– Perfil dos entrevistados

Entrevistado	Sexo	Idade (Anos)	Tempo na Corporação
E1	Feminino	50	31
E2	Feminino	51	31
E3	Masculino	51	29
E4	Masculino	48	27
E5	Masculino	49	27
E6	Feminino	53	31
E7	Masculino	51	32
E8	Feminino	56	27
E9	Masculino	54	30
E10	Masculino	51	25
E11	Masculino	51	31
E12	Masculino	51	32
E13	Masculino	47	25

Fonte: elaborado pelos pesquisadores.

As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, gerando pouco mais de oito horas de áudios. O *corpus* textual foi submetido a uma leitura exploratória, seguido da sistematização e categorização das falas. O procedimento recorreu à técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977) e revelou três categorias temáticas, geradas *a posteriori*: organização do trabalho policial, agravos físicos e agravos sociais relacionados ao trabalho. Isso permitiu a produção de inferências fundamentadas no referencial teórico e nas proposições da PDT.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Explorar o espectro de opiniões e as diferentes percepções que delas surgem permitiu uma imersão no universo que se deseja conhecer, tal qual descrito e proposto por Bauer e Gaskell (2002). Das narrativas dos entrevistados, diversos elementos contextuais desvelaram as particularidades que atravessam o trabalho policial. A análise interpretativa e os procedimentos adotados permitiram compreender o objeto da pesquisa sob o olhar daqueles que vivenciam e interagem com a questão em análise, além de ter possibilitado a “compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos

das pessoas em contextos sociais específicos” (BAUER; GASKELL, 2002, p. 65).

Os resultados apresentados se alinham aos aspectos da organização do trabalho e dos agravos físicos, sociais e psicológicos percebidos pelos policiais como decorrentes da atividade policial exercida.

4.1 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

No contexto do trabalho policial estudado, os entrevistados descrevem uma variedade de elementos da organização do trabalho que propiciam um contínuo processo de sofrimento, fragilização e comprometimento de sua saúde física e psicológica. A compreensão dos fatores que permeiam a organização do trabalho policial torna-se crucial para apurar seus impactos na vida desses profissionais. Os resultados auferidos esboçam um cenário de patente exigência.

A carga horária e as escalas de trabalho apresentam-se como fatores expressivos de sofrimento e insatisfação com o trabalho executado. Verbalizações como: “Por muitos e muitos anos, era uma escala muito pesada, a gente trabalhava noite sim, noite não” (E12) e “a escala era doze por trinta e seis, aí quando chegava no final de semana que você estava folgando trocavam e, ao invés de você folgar normalmente, você trabalhava sete, oito dias” (E8), expressam o quanto o policial se sente afetado pela organização do trabalho. As falas elucidam a carga que o trabalho policial exerce sobre a vida do sujeito, implicando uma dedicação que parece exceder o limite do trabalhador. Barcellos (1999) observou que o fato de estarem engajados vinte e quatro horas por dia com a identidade social de policiais, somado à rigidez da instituição militar, constitui, por si só, fonte de sofrimento mental que extrapola os limites do ambiente do trabalho e alcança o próprio universo de existência do sujeito.

Em consonância aos estudos de Marçal *et al.* (2020), Silva e Marra (2019) e Souza e Minayo (2013), a organização do trabalho poli-

cial na corporação estudada também é marcada por limitações quanto às condições de trabalho, à estrutura organizacional, ao conteúdo de tarefas e à remuneração. Excertos de falas explicitam situações dessa natureza e evidenciam as circunstâncias pelas quais os policiais se veem comprometidos por elas. Entre as verbalizações, E7 menciona que “se você for analisar, eles [superiores hierárquicos] não fazem mais nada do que a sua classe, entende? Você é policial militar, mas é desproporcional o salário, os aumentos. Então, isso aí afeta muito o policial”. Da mesma forma, E8 argumenta sobre a precariedade dos equipamentos e a exposição ao risco advindo dessa situação.

Eu acho que até hoje os equipamentos são o maior problema, tanto viaturas, armas... o trinta e oito [revólver] tínhamos que fazer limpeza [...] quantas vezes, a bala mastigava [falhava no disparo], e a gente ia falar isso daí com o responsável da reserva e não tinha bala para repor. E a gente andava com aquela munição, sabendo que ela estava falha. Eu cansei de ir para a rua desse jeito (E8).

Ao ponderar as proposições da PDT, considerando os conceitos de trabalho prescrito e real, verifica-se que o distanciamento dessas operações, no âmbito da organização do trabalho militar, é responsável pelo engajamento afetivo-emocional positivo ou negativo do policial em sua relação com o trabalho. Em sintonia com as proposições de Dejours, Abdoucheli e Jayet (2015) apesar de a instituição militar encontrar-se, eminentemente, pautada em princípios e fundamentações burocráticas, instruções, treinamentos e formações, o prescrito do trabalho sempre é atravessado pelo real da execução, afetando, de alguma forma, o trabalhador, como mencionadas em expressões do tipo: “O planejamento de um policiamento é uma coisa, papel aceita tudo, mas a realidade é totalmente diferente. (E2)” ou “Porque, a Academia, as escolas, são só teoria. O que vai te ensinar é a rua! Tem uma coisa chamada tino policial: aquele faro, o olhar biônico” (E11).

Outro elemento que marca as falas dos entrevistados no que se refere à organização do trabalho é a impotência perante a hierarquia militar. No exercício da profissão, a obediência e responsabilidade pela patente ressoam como mecanismo de subserviência à instituição, apresentando-se como fator essencial para o bom desempenho, melhor qualificação e recurso de reconhecimento e valorização do profissional. No entanto, tal fato gera um tipo de indignação silenciosa, uma frustração sempre resignada pela força do poder, controle e comando hierárquico, como verbalizado em: “O comandante era o seu dono, ele falava: ‘Olha, tem reunião agora!’ [eu respondia]: ‘Não! Eu estou de folga.’, [ele dizia]: Não interessa! Eu quero você aqui às catorze horas.” (E11). É factível acreditar que, em decorrência da hierarquia militar, os policiais mais próximos do topo da cadeia de comando, enquanto transmissores intermediários de diretrizes para os escalões subordinados, também estejam submetidos a pressões hierárquicas, como mencionado no estudo de Dias (2020).

Consoante aos estudos de Dejours e Bègue (2009), verifica-se nos excertos tratados a capacidade de a organização do trabalho militar fragilizar os indivíduos e favorecer descompensações psicológicas. Fazer que as organizações militares, tradicionalmente padronizadoras, adaptem o trabalho policial militar aos indivíduos, em vez do contrário, é arbitrar entre uma disfuncionalidade humana ou disfuncionalidade organizacional, isto é, a transformação da realidade, da situação, em prol do indivíduo e sua saúde. Tal fato coaduna com a ideia de Le Guillant e Clot (2018), evidenciando os desafios da relação psicologia e trabalho na contemporaneidade.

Ocupar-se da observação da organização do trabalho policial implica a busca do desenvolvimento de ações que permitam a diminuição do sofrimento do trabalhador e das possibilidades de agravamentos de suas patologias. Segundo a PDT, diagnosticar a mobilização e os engajamentos que a organização exige de seus membros é crucial na apreciação

do trabalho, uma vez que nem todos os sujeitos assimilam as práticas institucionais, podendo favorecer a fadiga no enfrentamento, o sofrimento e o “desenvolvimento de patologias sociais como a perversão, violência e servidão” (MENDES, 2007, p. 31).

4.2 AGRAVOS FÍSICOS RELACIONADOS À ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO MILITAR

Os agravos de saúde decorrentes da sobrecarga de trabalho podem ser responsáveis pelo cansaço e a fadiga apresentados pelo entrevistado E3, quando menciona que “Às vezes, você queria fazer uma coisa, mas não dava conta, porque o corpo já estava tão sobrecarregado de escalas.” O excerto de E3 associa-se aos estudos de Elliott e Lal (2016) que identificam que policiais exibem uma maior prevalência de fadiga, o que pode predispor a uma maior frequência de acidentes e lesões no local de trabalho. Santa Catarina (2010) também identifica que o excesso de carga horária, acompanhado da respectiva privação de descanso suficiente para a recuperação orgânica dos policiais, descamba em sérios problemas sistematicamente desencadeadores de atitudes compensatórias prejudiciais à saúde.

O excesso de trabalho advindo das jornadas e escalas extensivas também podem justificar o problema de coluna mencionado por E12: “Mas um dos problemas que eu adquiri, também, foi a questão do problema de coluna, né? [...] principalmente depois que eu trabalhei uns três meses numa Toyota na zona rural.” O problema de coluna apresentado revela a relação do desgaste físico advindo do trabalho militar. Essa narrativa vai ao encontro dos estudos de Dias (2020), Ferreira *et al.* (2017), Marçal *et al.* (2020) e Silva e Marra (2019). Em consonância, o estudo de Brito e Daronco (2018) também explica o desencadeamento de agravos dessa natureza, quando menciona que uma má postura, originada do uso inadequado das capacidades corporais, acabam por interferir no bem-estar físico do indivíduo.

Quanto ao trabalho noturno, os resultados auferidos desvelam a ocorrência de sinusite e problemas relacionados à insônia e aos distúrbios do sono. O quadro de sinusite foi apresentado por E12 que menciona: “Em virtude do serviço, eu adquiri uma sinusite crônica, né? Trabalhei anos a fio à noite, e eu gostava de trabalhar à noite mesmo. Era uma sobrecarga muito grande de trabalho”. Quanto aos problemas de sono, E7 comenta: “A gente trabalha muito tempo à noite, então, você fica com aquela insônia, e isso afeta aqui fora, ainda não consegui conciliar o momento que você vai dormir”. Observando as relações e condições de trabalho do policial, é possível que o fato de se manter continuamente em alerta e em privação do sono por muito tempo, venha a comprometer, além da saúde física, o comportamento psicológico e social dos sujeitos. Rajaratnam *et al.* (2011) atentam que os distúrbios de sono geralmente permanecem não diagnosticados e, se não tratados entre policiais, podem afetar adversamente sua saúde e segurança, representando um risco para o público. Os resultados da pesquisa desses autores com policiais dos Estados Unidos e Canadá identificaram que a presença de distúrbio do sono estava associada à depressão, à síndrome de *burnout* ocupacional e a outros desfechos adversos.

O uso de álcool e outras drogas também aparece como agravo. Para os policiais entrevistados, ele é responsável, não apenas por danos à saúde física, mas por problemas de natureza social e psicológica, como mencionado por E12: “Nunca me separei, mas eu tive muito conflito no meu casamento, e isso [o alcoolismo] colaborou. E, às vezes, eu chegava à unidade, demonstrava uma alegria com as pessoas e, por dentro, eu estava despedaçado.” O interlocutor complementa que o alcoolismo não era um problema exclusivamente seu, mas “Eu vi muitos companheiros, excelentes policiais, com o tempo desenvolverem dependências químicas do álcool, e até de outras substâncias, e aquela dignidade da pessoa humana ser retirada, sabe?”

Os fragmentos de fala de E12 corroboram as discussões trazidas por Edwards e Ko-

tera (2021), Bhatia e Pandit (2017) e Fear *et al.* (2007) que concordam que o abuso de álcool no meio policial apresenta-se como recurso para aliviar o estresse da profissão, romper barreiras hierárquicas e ajudar na interação com os pares. Dias (2020) alerta para o fato de que esses comportamentos tornam a organização policial vulnerável à saúde individual dos policiais.

De maneira geral, Auvergnon (2018) descreve que há uma associação entre o abuso de substâncias (lícitas ou não) e o trabalho contemporâneo. O autor aponta que as profundas mudanças decorrentes da globalização das economias, com o uso de tecnologias de informação e comunicação, implicaram relações de trabalho excessivamente flexíveis e precárias em que o ônus pelo trabalho é, exclusivamente, dos indivíduos. Com isso, há uma maior exposição aos riscos psicossociais, em que o abuso de drogas é um compensador, uma forma de lidar com o desamparo. Por outro lado, muitos trabalhadores usam drogas não como recursos compensadores, mas como estimulantes. E isso deve ser visto como uma preocupação de interesse público, adotando-se, entre outras, uma abordagem que considere consequências danosas como os custos socioeconômicos e os impactos sociais (CRESPIN; LHUILIER; LUTZ, 2017; CRESPIN, 2018).

4.3 AGRAVOS SOCIAIS: A FRAGILIZAÇÃO DOS LAÇOS E A FRUSTRAÇÃO PELA FALTA DE RECONHECIMENTO

Ao considerar a dimensão social do trabalho e sua finalidade de produzir algo exterior à pessoa que o executa, verifica-se que a organização do trabalho militar parece comprometer a satisfação das necessidades sociais dos policiais especialmente no que tange às relações familiares, o convívio e o reconhecimento social (NEFFA, 2015; CASTRO; CRUZ, 2015; CUMMINS; KING, 2015). Em consonância a esses estudos, a expressão de E12 descreve um episódio de lamentação por recordar uma situação de afastamento da família por causa do trabalho.

Eu recordo uma vez, uma passagem de ano, eu estava de serviço, e a gente vendo as pessoas comemorando ali e tal, e naquele dia... (pausa longa, suspiro profundo). Eu estava com a filha de dois meses de nascida, a minha esposa não estava bem, estava um pouco febril, e eu tinha que trabalhar, né?.

A sensibilização do policial por ter que abandonar a família em uma data festiva e com a esposa adoecida demonstra o grau de exigência que a organização do trabalho militar impõe sobre os seus membros, o que é respondido com ações que aludem devoção e entrega à instituição. Não obstante, não se pode negar que a frequência de ocorrências dessa natureza contribui para a fragilização dos laços e profunda frustração com o trabalho no futuro. Episódios assim foram comuns nas falas dos entrevistados, como se observa nos excertos: “Por causa da profissão, eu fui fazer terapia quando eu percebi que minha mulher já ia me largar” (E4), “Eu perdi um casamento por vários motivos. Um dos motivos foi a minha atenção específica à minha profissão.” (E13), “Era uma privação enorme do convívio no seio familiar” (E12).

No espectro de fragilização dos laços, as falas demonstram um contínuo afastamento do policial de sua família, fomentando um processo de culpabilização e pesar por não conseguirem assumir as atribuições do cargo e seus compromissos familiares. O sentimento de culpa pode ser responsável, posteriormente, por patologias do trabalho e agravos no comportamento social, semelhante aos resultados apresentados por Dias (2020).

Por se fundamentar em uma cultura predominantemente de masculinidade hegemônica (LANGAN; SANDERS; GOUWELLOS, 2018), o afeto às relações familiares entre as policiais femininas parece exercer maior influência, como expressa E6: “Convivia pouco com meus filhos. Não os vi crescerem, mas nem por isso eu deixava de mostrar a eles que eu era a mãe deles e estava ali. (...) Sinto que perdi muito do convívio com eles, mas hoje eu me dedico apenas a servi-los.”

Langan, Sanders e Gouweloos (2018) atentam que não é apenas pelo fato de o trabalho policial ser geralmente organizado em torno da noção de um trabalhador ideal masculino, mas pela função militar se colocar em oposição a aspectos como feminilidade, emocionalidade e vulnerabilidade, o que leva as mulheres a enfrentar uma série de barreiras estruturais e culturais para se enquadrarem nos preceitos dessas instituições. Ao mesmo tempo, essas características imperam sobre os policiais masculinos como impedimento às fragilidades, às sensibilidades e às emoções, criando um ideário de super-herói, impedidos de fracassar, como dito por E3: “às vezes você tinha que arrumar uma força onde você não tinha (...) ter aquela sensação: ‘Eu tenho que fazer, eu tenho que aguentar!’”, às vezes, você tinha que dar uma de super-homem, sem ser.

Em se tratando de reconhecimento, percebeu-se que os policiais entrevistados têm preocupação com a questão do julgamento social feito à profissão. Essa situação guarda conexão direta com a ineficácia do processo de sublimação em decorrência da paralisia da conversão do sofrimento em prazer e que, segundo Dejours (1992), leva ao acúmulo e à descompensação psicossomática. Exemplo de ressentimento que pode ser notado na fala de E2, ao mencionar que: “Ninguém se lembra do policial, você só lembra quando tem problemas. A sociedade não conhece o real valor que o policial tem. Nós somos seres humanos, queremos ser respeitados pelo que fazemos.”

A sensação de frustração, associada ao ressentimento pela falta de reconhecimento ao trabalho exercido, pode ser observada ainda em fragmentos de falas de outros entrevistados, como: “Ter que dar a vida por pessoas que, às vezes, não têm o reconhecimento da gente é muito difícil” (E3), “O policial, ele é cobrado a exercer inúmeras tarefas, diversas tarefas para a sociedade (...), e ele não tem um retorno de reconhecimento relacionado a isso, né?” (E9), “Porque, de tudo o policial militar faz, né? Apenas não tem o reconhecimento.” (E12) e “A gente trabalha, se dedica e no momento que

a gente mais precisa, te colocam num canto e você que se vire.” (E13)

As verbalizações de E3, E9, E12 e E13 são coerentes com os achados de Amador (1999), Souza e Minayo (2013) e reiteram as constatações de Andrade, Souza e Minayo (2009), ao confirmarem que policiais militares têm fortes sentimentos de desvalorização, de falta de reconhecimento social e de baixa autoestima relacionada à valorização do trabalho. Tal fato pode ser atribuído ao estigma social atribuído à profissão, como identificado por Karaffa e Kosch (2016) e Turte-Cavadinha (2016).

Verifica-se que o universo ocupacional de policiais militares é apresentado nas entrevistas como um espaço dualístico, em que o investimento em cuidar e proteger o outro, ou seja, o cidadão é visto como sem qualquer tipo de reconhecimento social. Esse conflito se expressa em narrativas que aludem à doação total ao trabalho, entregando a própria vida em ações violentas, alheio ao reconhecimento social ou institucional, como se observa no relato de E1 ao afirmar: “eu estou disposto a servir essa sociedade, a pessoas que eu nem conheço, eu posso morrer. A missão é tão nobre (...), mesmo que a sociedade não perceba, mesmo que o Estado não perceba.”

Os resultados auferidos, tal qual apontado por Minayo, Souza e Constantino (2007), confirmam que as situações de risco, de fato vividas e aquelas percebidas penetram, não apenas no ambiente de trabalho, mas, também, no mundo psíquico e social dos policiais, forçando-os a se manterem alerta e mobilizados, mesmo fora dos horários de trabalho, o que lhes atribui pressões extras. O trabalho, afirmam Ferreira, Macêdo e Martins (2015, p. 35), “não acaba quando a pessoa sai do local de trabalho, ele coloniza toda a subjetividade”.

Como observado nos aspectos que perfazem a organização do trabalho policial militar, verifica-se que a profissão é carregada de tarefas não prescritas e de condições precárias de trabalho. A organização de trabalho impacta, sobremaneira, nas vivências de prazer-sofrimento e, além disso, a cooperação, o reconhecimento,

a precarização, a burocracia e outras peculiaridades afetam a dinâmica da profissão (MARÇAL *et al.*, 2020). Os esforços despendidos para o cumprimento das atividades exigem o desenvolvimento de habilidades que permitam pensar e agir com rapidez, preservando a ordem social e antevendo ameaças e riscos à sua integridade e à de outro cidadão. Essa mobilização gera tensões que comprometem as dimensões físicas, psíquicas e sociais dos policiais.

Dos agravos psicológicos no trabalho, o suicídio tem uma mensagem brutal, carregada de ressentimentos, pois cometer tal ato no local de trabalho tem um significado muito forte direcionado aos colegas, aos chefes e à própria organização. Diante disso, pode-se pensar em hipóteses motivadoras, relacionando-as à carência ou à falta de apoio do grupo, bem como à vergonha de decepcionar este grupo diante de alguma fraqueza pessoal (DEJOURS; BÈGUES, 2009). Um aspecto agravante refere-se à resistência na busca de apoio psicológico dado o estigma associado a tais acompanhamentos por parte de policiais (WHEELER *et al.*, 2018; KARAFFA; KOCH, 2016) e à insuficiência dos serviços nas corporações (BORGES, 2016).

A precarização das condições sociais e os impactos psicológicos na vida laboral de policiais incide em uma maior prevalência de episódios estressores, depressivos e de ansiedade, consumo de substâncias lícitas e ilícitas, síndrome de *burnout* e suicídio (NIEBUSCH; MORAN, 2019). Aliás, a incidência de suicídios e de tentativas entre profissionais de segurança pública são estatisticamente maiores do que em qualquer outra profissão (VIOLANTI *et al.*, 2019). No entanto, a adoção institucional de medidas de prevenção ao suicídio de policiais militares se mostra eficaz e deve ser amplamente difundida e aperfeiçoada nas instituições policiais (PORTO; SILVA, 2018, ROCHA; OLIVEIRA; FARIA, 2021).

O trabalho policial militar é fonte tanto de prazeres, quanto de sofrimentos contra os quais os indivíduos costumam adotar estratégias defensivas que envolvem a sublimação e

a exaltação da virilidade masculina (WINTER; ALF, 2019), o que explica, em parte, o isolamento social e a busca tardia por apoio psicossocial, tal qual como se avaliou nas respostas dos participantes.

Os resultados aferidos mostram que, no caso da instituição policial militar analisada, as limitações das condições físicas de trabalho, associadas à contínua exposição ao risco e às violências como também à exacerbação das pressões impostas pelo rigor do modelo hierárquico adotado e pela culpabilização funcionam como fatores para subjetivação dos policiais militares além dos potenciais desencadeadores de sofrimentos físicos e psicossociais advindos do trabalho (SILVA; VIEIRA, 2008; SOUZA; MINAYO, 2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar identificar os agravos físicos e sociais da organização do trabalho da Polícia Militar do Distrito Federal em policiais integrantes dessa corporação, à luz da Psicodinâmica do Trabalho, verifica-se que o contexto e a própria natureza do trabalho suscitam dificuldades e são potenciais desencadeadores de adoecimento. O sentimento de impotência em face do rigor e das pressões da hierarquia militar e o hiato entre o trabalho real e o prescrito compõem as narrativas dos policiais militares entrevistados. Além disso, os relatos apontam que jornadas excessivas de trabalho, alto grau de esforço físico, trabalhos noturnos sob tensão, exposição às variações climáticas também aparecem como fatores promotores de episódios de sinusite, dores osteomusculares, distúrbios de sono, fadiga e outros.

Em relação às implicações da organização do trabalho nas relações sociais identificou-se um sentimento de autoculpabilização pela incapacidade de cumprir conjuntamente demandas institucionais, sociais e familiares. Esse processo foi mais bem identificado entre as entrevistadas femininas, devido à necessidade de adaptação à “masculinidade hegemônica” da organização Policial Militar. Ainda no cam-

po das relações sociais, verificou-se a carência de reconhecimento dos policiais por parte da sociedade, exprimindo sentimento de frustração, desprezo e estigmatização da profissão.

Faz-se necessário encontrar formas institucionais de canalização e tratamento dos ônus ligados à profissão de policial militar. As dinâmicas que se desenvolvem na profissão devem ser alvo de medidas organizacionais que permitam traçar estratégias gerenciais de prevenção ao adoecimento. Iniciativas como a criação de redes de apoio aos policiais, acompanhamento psicológico continuado, programas de qualidade de vida no trabalho e orientações sobre a utilização e aproveitamento saudável do tempo livre apresentam-se como algumas soluções práticas que podem contribuir para a prevenção do adoecimento no trabalho policial. O enfrentamento institucionalizado aos fatores de risco e à exposição à violência relacionada ao trabalho policial pode trazer melhorias diretas na vida dos policiais militares e na melhoria dos serviços de segurança pública.

Entre as limitações deste estudo, destaca-se a restrição ao trato dos agravos físicos e sociais e o não aprofundamento nas implicações psicológicas da organização do trabalho. Tal fato abre oportunidade para novos estudos que possam contemplar aspectos como alcoolismo, depressão, ideação suicida ou a subjetivação do trabalho policial em mulheres.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, E. J. F. **A hierarquia na polícia militar do estado do Rio de Janeiro: uma análise crítica de seus impactos na saúde.** 2019. Dissertação (Mestrado) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2019.
- AUVERGNON, P. **Drogues illicites et activité salariée: éclairages de droits étrangers et pluridisciplinaires.** [S.l.]: Presses universitaires de Bordeaux, 2018.
- BARCELLOS, J. A. P. de. **As condições e a organização de trabalho dos policiais militares que executam o policiamento ostensivo: um estudo de caso na Brigada Militar em Porto Alegre/RS.** 1999. 96F. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BATITUCCI, E. C. A polícia em transição: o modelo profissional burocrático de policiamento e hipóteses sobre os limites da profissionalização das polícias brasileiras. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 4, n. 1, p. 65-96, jan./fev./mar. 2011.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. cap. 8, p. 189-217.
- BEZERRA, C. de M.; MINAYO, M. C. de S.; CONSTANTINO, P. Estresse ocupacional em mulheres policiais. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 18, n. 3, p. 657-666, 2013.
- BHATIA, K. M.; PANDIT, N. Prevalence of Chronic Morbidity and Sociodemographic Profile of Police Personnel – A Study from Gujarat. **Journal of Clinical and Diagnostic Research**, v. 11, n. 9, p. LC06-LC09, 2017.
- BORGES, A. A. Polícia e saúde: entrevista com o Diretor-Geral de saúde da polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 3, p. 677-679, 2013.
- BORGES, L. F. **Mesmo com o sacrifício da própria vida: prazer e sofrimento no trabalho entre policiais militares do DF.** 2016. Dissertação (Mestrado em Administração) -Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- BRITO E.; DARONCO, L. S. E. Capacidade para o trabalho e sua relação com desvios posturais de policiais da cidade de Santa Maria. **R. Persp. Ci. e Saúde**, v. 3, n. 1, p. 98-107, 2018.

- BRUNORO, C. M. *et al.* Defining the meaning of “sustainable work” from activity-centered ergonomics and psychodynamics of Work’s perspectives. **Applied Ergonomics**, v. 89, p. 103-209, 2020.
- CASTRO, M. C. d’A. de.; CRUZ, R. M. Prevalência de transtornos mentais e percepção de suporte familiar em policiais civis. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 35, n. 2, p. 271-289, 2015.
- CHOPKO, B. A.; PALMIERI, P. A.; FACE-MIRE, V. C. Prevalence and predictors of suicidal ideation among U.S. law enforcement officers. **Journal of Police and Criminal Psychology**, v. 29, n. 1, p. 1-9, 2014.
- COELHO, E. F. **Uma farda sem um homem é só um pedaço de pano**: estudo de caso sobre autoeficácia e qualidade de vida no trabalho na Polícia Militar do Distrito Federal. 2014. 194f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- CRESPIN, R. From Care to Risk Prevention: the Success of Screening Tests for Drugs at the Workplace. *In*: LE MOIGNE, P. **Measuring Mental Disorders**. [S.l.]: Elsevier, 2018. p. 183-233.
- CRESPIN, R.; LHUILIER, D.; LUTZ, G. **Se doper pour travailler**. [S.l.]: Erès, 2017.
- CUMMINS, I.; KING, M. Drowning in here in his bloody sea: exploring TV cop drama’s representations of the impact of stress in modern policing. **Policing and Society**, v. 27, n. 8, p. 832-846, 2015.
- CUNHA, A. M. S.; GHIZONI, L. D. Narrativas do sofrimento do trabalho de um policial militar afastado. **Comunicação & Inovação**, v. 19, n. 39, p. 132-147, 2018.
- DASHTIPOUR, P.; VIDAILLET, B. Introducing the French psychodynamics of work perspective to critical management education: why do the work task and the organization of work matter?. **Academy of Management Learning & Education**, v. 19, n. 2, p. 131-146, 2020.
- DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 2015.
- DEJOURS, C.; DUARTE, A. La souffrance au travail: révélateur des transformations de la société française. **Modern & Contemporary France**, 2018.
- DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.
- DEJOURS, Christophe. **Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos**. [S.l.]: Editora Dublinense, 2017.
- DEJOURS, Christophe; BÈGUE, Florence. **Suicide et travail: que faire?**. [S.l.]: Presses universitaires de France, 2009.
- DIAS, C. A. **Adoecimento e retorno ao trabalho após transtorno mental**: um estudo com policiais militares do Distrito Federal à luz da Sociologia Clínica. 2020. 351f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.
- DIAS, C. A. *et al.* Ideologia gerencialista e adoecimento mental no trabalho: uma análise crítica. **Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho**, v. 22, n. 2, p. 185-198, 2019.
- EDWARDS, A.; KOTERA, Y. Mental Health in the UK Police Force: a Qualitative Investigation into the Stigma with Mental Illness. **International Journal of Mental Health and Addiction**, v. 19, p. 1116-1134, 2021.
- ELLIOTT, J. L.; LAL, S. B. Blood pressure, sleep quality and fatigue in shift working police officers: effects of a twelve hour roster system on cardiovascular and sleep health. **Int. J. Environ. Res. Public Health**, v. 13, n. 2, 2016.
- FEAR, Nicola T. *et al.* Patterns of drinking in the UK Armed Forces. **Addiction**, v. 102, n. 11, p. 1749-1759, 2007.

- FERREIRA, J. B.; MACÊDO, K. B.; MARTINS, S. R. Real do trabalho, sublimação e subjetivação. In: MONTEIRO, Janine Kieling; VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia (org.). **Trabalho & prazer: teoria, pesquisas e prática**. Curitiba: Juruá, 2015. p. 33-49.
- FERREIRA, L. B. *et al.* Riscos de adoecimento no trabalho entre policiais militares de um batalhão de Brasília. **Gestão e Sociedade**, v. 11, n. 29, p. 1804-1829, 2017.
- FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GAULEJAC, V. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Aparecida: Ideias e Letras, 2007.
- GAULEJAC, V. Vivre dans une société paradoxante. **Nouvelle revue de psychosociologie**, v. 2, n. 24, p. 27-40, 2017.
- GEMELLI, C.; OLTRAMARI, A. P. Voluntariado e formação da identidade: reflexões a partir da Psicodinâmica do Trabalho. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 20, n. 1, p. 956-962, 2020.
- KARAFFA, K.; KOCH, J. M. Stigma, Pluralistic Ignorance, and Attitudes Toward Seeking Mental Health Services Among Police Officers. **Criminal Justice and Behavior**, v. 43, n. 6, p. 759-777, 2016.
- LANGAN, D.; SANDERS, C. B.; GOUWELLOOS, J. Policing women's bodies: pregnancy, embodiment, and gender relations in Canadian police work. **Feminist Criminology**, v. 1, n. 22, 2018.
- LE GUILLANT, L.; CLOT, Y. **Le drame humain du travail: essais de psychopathologie du travail**. [S.l.]: Érès, 2018.
- LIMA, F. P.; BLANK, V. L. G.; MENEGON, F. A. Prevalência de Transtorno Mental e Comportamental em Policiais Militares/SC, em Licença para Tratamento de Saúde. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 824-840, 2015.
- LIMA, R. K. de. Políticas de segurança pública e seu impacto na formação policial: considerações teóricas e propostas práticas. In: ZAVERUCHA, J. **Políticas de Segurança pública: dimensão da formação e impactos sociais**. Recife: Massangana, 2002. p. 199-219.
- MACÊDO, K. B.; HELOANI, R. A arqueologia da psicodinâmica do trabalho no Brasil. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 45-59, 2018.
- MARÇAL, H. I. F. *et al.* Vivências de prazer-sofrimento na organização do trabalho dos policiais militares da Região Norte. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [S.l.], v. 23, n. 2, p. 203-217, 2020.
- MENDES, A. M. (org.). **Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- MINAYO, M. C de S.; SOUZA, E. R. de; CONSTANTINO, P. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública. **Cad. Saúde pública**, v. 23, n. 11, p. 2767-2779, 2007.
- NEFFA, J. C. O trabalho humano e a sua centralidade. **Rev. Ciência do trabalho**, n. 4, 2015.
- NIEBUSCH, R.; MORAN, N. Conservation of resources, burnout, and other selected behavioral variables among law enforcement officers: a quantitative analysis. **International Journal of Crime, Law and Social Issues**, v. 6, n. 1, 2019.
- PENA, L.; REMOALDO, P. Psicodinâmica do Trabalho: um estudo sobre o prazer e o sofrimento no trabalho docente na Universidade Óscar Ribas. **Saúde e Sociedade**, v. 28, p. 147-159, 2019.
- PENTEADO, R. Z.; SOUZA NETO, S. de. Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 135-153, 2019.

- PORTO, D.; SILVA, D. N. Prevenção do suicídio na Polícia Militar: A percepção do problema e alguns cuidados importantes a serem tomados pelos comandantes. **Revista Ordem Pública**, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2018.
- RAJARATNAM, S. M. W *et al.* Sleep Disorders, Health, and Safety in Police Officers. **JAMA**, v. 306, n. 20, 2011.
- ROCHA, D.; OLIVEIRA, K.; FARIA, A. Suicídio no meio policial militar. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RI-BSP)**, v. 4, n. 8, p. 101-112, 2021.
- SANTA CATARINA. **Mapeamento das Fontes de Estresse em Profissionais da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: DIFC/SSP-SENASP/MJ, 2010.
- SARTORI, L. F. **Avaliação de Burnout em policiais militares: a relação entre o trabalho e o sofrimento**. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Prog. de Pós-graduação em Administração, 2006.
- SILVA, D. H.; MARRA, A. V. Vivências de prazer e sofrimento no trabalho: o caso de policiais militares de uma cidade do interior. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 6, n. 3, p. 616-646, 2019.
- SILVA, J. H. R. da. **Estudo sobre o trabalho do policial e suas implicações na saúde mental**. 2009. 103f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- SILVA, M. B.; VIEIRA, S. B. O processo de trabalho do Militar Estadual e a Saúde Mental. **Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 4, p. 1611-170, 2008.
- SOUZA, E. de; MINAYO, M. C. Sob Fogo Cruzado: vitimização de policiais militares e civis brasileiros. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, São Paulo, v. 7, p. 110- 114, 2013.
- SPODE, C. B.; MERLO, A. R. C. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 19, n. 3, p. 362-370, 2006.
- TURTE-CAVADINHA, S. **Violências, relações de gênero e poder: efeitos do trabalho sobre subjetividades e saúde mental de policiais militares**. 2016. Tese (Doutorado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- VILA, B. J. Impact of long work hours on police officers and the communities they serve. **American Journal of Industrial Medicine**, v. 49, n. 11, p. 972-80, 2006.
- VIOLANTI, J. M. *et al.* Law enforcement suicide: a review. **Policing: An International Journal**, v. 42, n. 2, p. 141-164, 2019.
- WHEELER, C. *et al.* Stigmatizing Attitudes Toward Police Officers Seeking Psychological Services. **Journal of Police and Criminal Psychology**, 2018.
- WINTER, L. E.; ALF, A. M. A profissão do policial militar: vivências de prazer e sofrimento no trabalho. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 19, n. 3, p. 671-678, 2019.